

AMBIENTALISMO, GLOBALIZAÇÃO E NOVOS ATORES SOCIAIS

Flávia Lessa de Barros

A problemática ambiental está estreitamente relacionada à globalização em suas várias dimensões. Se, por um lado, é acentuada por este processo, por outro suscita uma série de elementos que concorrem para o seu fortalecimento.

O ambientalismo é um movimento sócio-histórico-cultural-político amplo, portador de uma “racionalidade alternativa” a algumas das racionalidades construídas no decorrer da modernidade que informam o movimento de racionalização mais profundo em que se embasa o processo civilizatório (Viola & Leis, 1989; Elias, 1990; Leff, 1994). Tal racionalidade alternativa, em vias de elaboração e aperfeiçoamento, contrapõe-se — e busca superá-los — aos efeitos irracionais que se manifestam com a preponderância progressiva do tipo de relação sociedade/natureza configurado com a expansão da sociedade urbano-industrial, em concomitância com o desenvolvimento do capitalismo e, de certo modo, reproduzido sob o socialismo (Castoriadis & Cohn-Bendit, 1981).

As principais causas dos processos de desequilíbrio e degradação ambiental são atribuídas às formas predominantes de ocupação do ambiente e de utilização dos recursos naturais como matéria-prima e fonte de energia (Odum, 1975; Boyden, 1976). Assim, uma perspectiva interpretativa fundamental é aquela que enfatiza o poder estruturante da economia ao longo do avanço da modernidade e estabelece, em especial, as relações entre o ambientalismo e a dinâmica atual do capitalismo. Um desdobramento dessa perspectiva trata das correspondências entre a desterritorialização dos pro-

Flávia Lessa de Barros é doutoranda do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

cessos econômicos — um dos mecanismos resultantes do movimento de reprodução do capitalismo — e a desterritorialização dos impactos ambientais negativos. A observação de tais correspondências constitui uma das condições básicas para a compreensão da transnacionalização do ambientalismo e da necessidade de formulação de políticas ambientais globais e nacionais integradas.

Ainda nesta direção, ressalta-se a recorrência ao conhecimento científico — e seus progressos — como essencial para a própria definição da problemática ambiental, suas origens, resultados e para a apresentação de prognósticos e soluções através de políticas. Ademais, também se enfatiza a influência de novos postulados científicos tanto na validação/legitimação das críticas que respaldaram o surgimento do ambientalismo como na criação e difusão de novos valores que motivam novas formas de sociabilidade e uma nova ética (Morin, 1980; Capra, 1982; Branwell, 1989; Cobb & Daly, 1989; Gonçalves, 1989; Acot, 1990; McCormick, 1992; Snow, 1993; IUCN, 1993).

A reinterpretção das estruturas e dos gradientes de funcionamento da natureza como uma totalidade complexa, dinâmica e integrada apresentou, como um dos resultados, a compreensão da cadeia organizacional da vida em escala global, convertendo todos os ecossistemas do planeta em um ecossistema maior, a biosfera. De acordo com esta “eco-lógica holística”, fenômenos desencadeados em determinadas localidades podem se expandir, devido à fluidez dos fenômenos físico-bióticos, impactando negativamente diferentes regiões — quaisquer que sejam suas fronteiras político-administrativas — e até mesmo a biosfera, conforme a natureza e a possibilidade de diferentes combinações com outros fenômenos. Como vários dos problemas ambientais transpõem limites político-administrativos e reproduzem ou podem reproduzir conseqüências no ambiente global, a definição de soluções pressupõe negociações multilaterais e a instituição de políticas globais (Porter & Brown 1981; Alencar, 1995).

Dada a nova versão científica da idéia de natureza, que define um novo sentido de espacialidade, reforça-se a atenção sobre os processos de degradação e desequilíbrio ambiental impulsionados pela dispersão dos processos econômicos promovidos pela expansão do capitalismo, através da subordinação progressiva das economias nacionais a um único sistema econômico de mercado e do conseqüente estreitamento da interdependência entre os países em termos de recursos naturais (French, 1993; Harvey, 1993; Jimenez, 1994).

Embora a globalização implique o privilegiamento do mercado financeiro mundial como principal fonte de acumulação, a expansão do setor de serviços, a produção de bens culturais e não-materiais, o estímulo ao desenvolvimento de tecnologias “leves” e “limpas”, a desindustrialização e desurbanização de pólos tradicionais, preservam formas predatórias típicas de outros momentos. Sobretudo ao incorporar “novos mercados” — relocando indústrias “suja” e “pesada”, propagando técnicas agrícolas inadequadas, promovendo reassentamentos forçados de populações nativas e a deterioração de seus territórios, superexplorando recursos naturais e força de trabalho baratos, expandindo o turismo de grande escala através de paisagens exóticas, comercializando espécies de vida selvagem, exportando lixo tóxico, realizando testes nucleares, etc.

Dada a coexistência de diferentes cenários, a globalização não só prescinde de homogeneização das condições socioeconômicas, mas também acentua e cria novas disparidades entre países e regiões. Além do mais, há que se relativizar a imunidade da “sociedade pós-industrial” — tipo de sociedade pretensamente dominante sob o fluxo da globalização — no que diz respeito à depleção do meio ambiente, posto que também pode gerar novas perversidades, ainda pouco ponderadas.

A percepção ampliada da ação (des)estruturante dos processos econômicos sobre o meio ambiente levou à promoção de ideais de conservação e proteção, centrais para o embasamento do sistema ideacional em relação ao qual se constata a emergência do ambientalismo. O ambientalismo apresenta-se como portador de valores e interesses que se sobrepõem às diferenças de sexo, etnia, religião, classe ou nacionalidade. Logo, distingue-se de outros movimentos sociais pelo fato de se sobrepôr à necessidade de alinhamento a identidades específicas.

Como todos os habitantes do planeta têm igualmente direito à vida, inclusive as gerações futuras — daí a noção de solidariedade sincrônica e diacrônica —, o meio ambiente é convertido em “patrimônio da humanidade”. O ambientalismo inaugura, portanto, uma nova era dos direitos. Depois das liberdades individuais, dos direitos políticos e dos direitos sociais, com o ambientalismo surgem os “direitos de terceira geração”, o direito relativo à natureza, onde os sujeitos não são indivíduos, categorias ou grupos sociais, mas a humanidade (Bobbio, 1992). O ambientalismo também se destaca entre os demais movimentos socioculturais como aquele que oferece, no contexto atual — de progressiva heterogeneização/complexificação da sociedade contemporânea, com diversas situações de fragmentação e desinte-

gração que podem tender à ruptura — o maior potencial para uma perspectiva universalizante, sobrepondo novos vínculos de identificação às assimetrias e particularismos exacerbados pela globalização (Santos, 1995).

Por outro lado, um aspecto determinante na história do ambientalismo refere-se ao fato de a sua expansão, através de vários setores e da adesão de diferentes atores aos seus princípios, ter sido caracterizada pela ascensão de perspectivas que visavam superar a relação de antagonismo ou de exclusão que se estabeleceu inicialmente entre ecologia e economia. Apesar do maior reconhecimento das diversas situações de insustentabilidade, tal fato deixou de implicar a rejeição do ideal do desenvolvimento, como pretendiam perspectivas românticas e fundamentalistas.

A expansão do ambientalismo teve como poderoso veículo a organização e a mobilização da sociedade civil (Viola & Leis, 1989). Com certeza, a presença cada vez maior de setores governamentais e do capital privado no debate foi proporcional ao aumento da pressão da sociedade civil, da opinião pública e da comunidade científica internacional. Todavia, este fato também deve ser interpretado como resultado da necessidade de garantia das condições materiais de reprodução do sistema econômico. Foi a convergência entre demandas sociais e as do próprio sistema político-econômico mundial que favoreceu a elaboração de novas estratégias. Ecologia e economia deixaram de ser questões excludentes, sendo fundidas na noção de ecodesenvolvimento, sobretudo sob o argumento de que grande parte dos países ainda se encontra em “estágios atrasados”.

O espaço conquistado pelo ambientalismo é também um espaço permitido, liberado por algumas das transformações nos padrões de produção e consumo tradicionais que vêm redefinindo o regime de acumulação capitalista. Embora tenha sido originalmente impulsionado por forças sociais distintas, a difusão do ambientalismo coincidiu com a transição no interior do capitalismo para um novo regime de acumulação e com a nova divisão internacional do trabalho e, em certa medida, sua lógica coincide com a desta. Trata-se da integração dos constrangimentos ecológicos na lógica capitalista (Dupuy, 1989).

Como se sabe, a evolução das noções de conservacionismo e protecionismo natural para a de ecodesenvolvimento e, posteriormente, para a de “desenvolvimento sustentável”, através da qual procura-se explicitar a necessidade de novas estratégias ecologicamente viáveis, correspondeu ao deslocamento do ambientalismo de uma posição periférica, e muitas vezes negativa, para outra mais positiva, no centro da arena internacional das

chamadas políticas de desenvolvimento. Dado que a questão ambiental demanda novos parâmetros para a economia em escala planetária, incidindo diretamente sobre o modelo de desenvolvimento global, torna-se uma questão ampla, profunda e extremamente complexa. Desta forma, várias definições da problemática ambiental não se restringem a fatores meramente técnicos e econômicos, mas abarcam a totalidade da realidade em suas múltiplas dimensões — econômica, científico-tecnológica, política, ideológica, social e cultural — intrinsecamente relacionadas (Sachs, 1986; Leff, 1994).

A problemática ambiental também compreende uma alta diversidade de agentes sociais, na medida em que mobiliza a sociedade civil, o mercado, o Estado e o sistema político internacional. Entre os vários agentes envolvidos, incluem-se populações locais, potencial ou concretamente atingidas tanto pelos problemas de degradação ambiental como pelas iniciativas de intervenção contra estes; movimentos sociais ambientalistas e outros que também se engajam na questão ambiental, estabelecendo paralelos entre esta e seus temas mais específicos; organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas e outras que também se vinculam ao ambientalismo; comunidades científicas; partidos políticos e parlamentos; Estados, com seus governos e burocracias em vários níveis; organismos internacionais e supranacionais; agências multilaterais de financiamento; representantes do capital privado, desde pequenas empresas até grandes corporações.

A identificação desta diversidade implica a necessidade de explicitação da não-neutralidade deste processo, de como se desenrola ao longo de um intenso jogo de interesses de diversas naturezas, deflagrando forças de diferentes diretrizes político-ideológicas que se articulam em maior ou menor grau, integrando os níveis local, nacional e global, e apresentando pesos diferentes face às negociações.

Compreendo a emergência, a difusão e a consolidação do ambientalismo como etapas de um fenômeno que se desenrola mediante um processo de “transfertilização”, através do qual segmentos sociais com afiliações ideológicas distintas, apesar de incompatibilidades existentes entre si, apropriam-se dos mesmos temas e questões (Frankel, 1987). Em decorrência, destaco a articulação e rearticulação de diversas forças sociais, políticas e econômicas representantes de diferentes conjuntos de interesses que, influenciando-se mutuamente, disputam o poder sobre o estabelecimento de proposições e mecanismos que visam prevenir e/ou remediar os fenômenos de degradação ambiental e suas conseqüências. Assim, marcado por tais

articulações e disputas, o *locus* conquistado pelo ambientalismo é resultante da institucionalização de vários dos seus preceitos e corresponde à conformação de um campo específico de ações que, em última instância, são canalizadas sob a forma de ações políticas.

A institucionalização da perspectiva ambiental, assentada na proclamação do “desenvolvimento sustentável” como uma solução a ser compartilhada pelos diferentes segmentos sociais, atesta o sucesso do ambientalismo no alcance de um patamar mais elevado de consenso. Sucesso relativo, pois as novas retóricas dos agentes que produzem ou reproduzem o ideal do desenvolvimento sustentável enfrentam a permanência de retóricas desenvolvimentistas tradicionais. Ademais, seu reconhecimento como estratégia mundial também resultou na extensão dos conflitos para o interior do próprio ambientalismo, tornando mais evidentes as ambigüidades e manipulações da sua perspectiva universalizante. As divergências concentraram-se em torno do significado de sustentabilidade e das condições objetivas da sua realização (Ribeiro, 1991). É na transição do plano retórico-discursivo ao plano prático-operacional que a principal força do ambientalismo, a pluralidade da sua base social, se traduz em debilidade. Esta pluralidade dificulta ações concretas integradas que contribuam para mudanças nas formas de organização da sociedade em escala global e alimenta uma tensão constante entre particularismos e as pretensões universalizantes do ambientalismo.

A institucionalização da perspectiva ambiental ocorre de modo a reprimir o ambientalismo naqueles itens considerados mais revolucionários, sobretudo os postulados por vertentes socialistas, pós-materialistas e neo-anarquistas, enfraquecendo-o enquanto fonte inspiradora de um modelo alternativo radical de sociedade (Bookchin, 1978). Todavia, embora o ambientalismo possa ter sido parcialmente distanciado de suas forças mais inovadoras, são preservados e instrumentalizados os seus traços universalistas-finalistas. Nesse sentido, tendo a considerar a ocorrência de uma conversão do “holismo filosófico ambientalista” em um “sistemismo técnico de política internacional”, o que representaria mais um indicador de como sistemas de dominação podem adaptar-se a e contribuir para as novas exigências de processos de racionalização (Habermas, 1975).

Alguns aspectos do ambientalismo são incorporados a serviço da tentativa de regulação da “nova ordem mundial emergente”. Destaco, entre outros, o sentido de consciência, que transcende a consciência de classe marxista e a consciência individual weberiana; a noção de solidariedade, que visa a garantir “necessidades comuns”, presentes e futuras; a idéia de

que se pode construir uma visão de mundo futuro capaz de reivindicar “concordância racional universal” e formar uma “nova comunidade ética” e a proposta de um novo contrato social, um “contrato natural” (Serres, 1990), através dos quais os pactos sociais deverão ser estabelecidos conforme condicionalidades dadas pela natureza reconceitualizada.

Considerando-se a variação das proposições, a mobilização em torno da questão ambiental poderia constituir, em tese, tanto um fator de mudança, apresentando a possibilidade de diferentes graus de emancipação social, como um fator de controle e manutenção, de estabilidade da ordem social em curso, ou, ainda, redundar em mecanismos que favoreçam tendências retrógradas e autoritárias.

Agentes-núcleos e campo polinucleado de poder

Embora a ascensão do ambientalismo se tenha realizado de forma ampla e difusa, com a inserção de uma diversidade de segmentos sociais, em diferentes regiões, sua consolidação vem ocorrendo através de um processo de definição e centralização de poderes, onde determinados agentes tornam-se cada vez mais estratégicos. Na medida em que o ambientalismo deixou de ser associado apenas a um modelo marginal, alternativo e radical, de organização social, passando a integrar uma nova face da racionalidade econômica, o poder no interior do campo que evoluiu a partir da problemática ambiental é centralizado através de “agentes-núcleos”.

Desse modo, pode-se falar da conformação de um “campo polinucleado de poder”, onde os principais agentes traduzem-se em núcleos que atuam como matrizes geradoras e difusoras de ideários; lógicas; modelos de intervenção; regras e normas que orientam a criação de novos direitos e deveres; sistemáticas de financiamento; princípios, critérios e recomendações básicas para a formulação de políticas ambientais globais, nacionais e locais.

Assumem estes papéis aquelas instituições que pressupõem — cada qual a seu modo — a capacidade de multiplicação e de sobreposição de seus raios de ação em relação às fronteiras político-administrativas tradicionais estabelecidas e procuram adaptar-se aos novos contextos condicionados pela globalização. Trata-se pois da Organização das Nações Unidas (ONU); de grandes agências financeiras multilaterais, como o BIRD, e de determinadas ONGs ambientalistas e outras que não se definem estritamente enquanto tal,

mas que incorporam a questão ambiental. São estes os agentes que apresentam as maiores iniciativas em termos de negociações globais, interagindo através de relações de oposição e complementaridade, que se combinam alternada ou simultaneamente, face à diversidade de temáticas internas à questão ambiental.

Não se trata, com tal visão, de reproduzir determinismos que descartam a importância dos Estados nacionais para o sistema de política ambiental internacional-global e o sucesso de seus resultados, mas de relativizar seus papéis. É claro que os Estados são os sujeitos responsáveis pela instituição das políticas ambientais nacionais e que estas são elaboradas de acordo com as especificidades burocráticas e ecológicas de cada país. O Estado-nação é o grande e indiscutível gestor do território nacional, algo que anda *pari passu* com soberania. Mas devem ser atendidos princípios de integração e ordenação central mínimos para que a eficácia das políticas ambientais seja garantida em escala planetária.

São relativas a liberdade e a autonomia dos Estados, sobretudo as dos representantes de “países em desenvolvimento”. Suas atividades intervencionistas são cada vez mais reguladas por outros atores. Não só a instituição, mas também a própria formulação de suas respectivas políticas ambientais respondem a pressões e influências e encontram-se suscetíveis às recomendações daqueles definidos como agentes-núcleos sobre, por exemplo, a necessidade de adoção de referenciais comuns, diretrizes de ordem mais geral e global.

Considero, portanto, que é o encontro entre os agentes-núcleos que propicia concretamente a estruturação do campo de poder em que se consolida o ambientalismo em sua escala global, condicionando suas formas de difusão internamente ao sistema mundial. Trata-se, na verdade, de uma sucessão de encontros marcada por confrontos e alinhamentos em torno da orientação dos consensos sobre as condições e o próprio significado do desenvolvimento, do ambientalismo e da sustentabilidade. Neste processo, os agentes podem, ao mesmo tempo, concorrer entre si e reconhecer-se como matrizes provedoras de referenciais, estilos, diretrizes, disciplinas e ordens, que devem ser comuns, compartilhadas e integradas.

Apesar do grau instável de tensão que atravessa o campo de forças sociais no qual se consolidou, o ambientalismo proporcionou a criação de importantes mecanismos de padronização — o que é diferente de homogeneização — do desenvolvimento em escala global, seja através de esferas públicas, seja através de esferas privadas. Nesse sentido, o processo de centralização

e estruturação de um poder polinucleado que emerge a partir do contexto da problemática ambiental também pode ser compreendido como um processo de estruturação do poder de influência e disciplina sobre várias formas de poder — econômico, político, ideológico, jurídico, científico, tecnológico — que devem agora considerar ou incorporar o paradigma ambiental para redefinir o modelo de desenvolvimento e sua agenda.

Assiste-se à configuração de um sistema de “ideopanoramas” (Appadurai, 1994) que, produzidos por agentes-núcleos, difundem-se com poder regulador e precisam ser considerados pelos demais agentes do campo político do ambientalismo e do desenvolvimento. Trata-se, portanto, da dinâmica de poder relativa à definição de políticas ambientais que incidem sobre as regulações globais de desenvolvimento, a partir de agentes-núcleos, que podem incorporar formulações que advenham, eventualmente, de movimentos locais ou nacionais, mas que só passam a ter influência no cenário global uma vez que circulam nos circuitos de poder mundial onde o peso dos agentes-núcleos é fundamental.

ONGs: agentes e posições estratégicas

Priorizo aqui as ONGs como aqueles agentes que, de certo modo, podem ser realmente considerados como “novos atores” emergentes, adquirindo visibilidade cada vez maior neste cenário. Em especial, destacam-se as grandes ONGs que atuam intensivamente no campo da política ambiental, através de um esquema de coalizões e redes, que são identificadas como responsáveis, em grande parte, pela “ecologização” dos demais agentes engajados no campo.

Tem atraído atenção sempre maior o fato de determinadas ONGs estarem ampliando seus espaços de atuação e participação, tanto paralela como internamente a organismos internacionais oficiais, passando a compartilhar seus aparatos e poderes burocráticos, ressaltando-se, nesta direção, a relação ONU-ONGs (Coate, Forsythe & Weiss, 1994; *The Commission on Global Governance*, 1995). Há vários indícios que permitem estender tal observação em relação a outros espaços ocupados junto a outros setores e agentes como governos nacionais, corporações, blocos econômicos e instituições de financiamento. Uma das questões que envolvem as ONGs e que, para mim, permanece como central refere-se a até onde e como os espaços conquistados e/ou concedidos a estas alteram as estruturas e o comportamento de seus representantes.

As ONGs têm-se tornado base de legitimação cada vez mais importante entre os agentes que atuam no campo das políticas ambientais. Embora as organizações com perfil científico sejam preservadas como as entidades com as quais os demais agentes estratégicos mantêm relações preferenciais, as não-governamentais “não-científicas” e “não-profissionais” também vêm participando no processo de formulação das políticas no interior do campo.

Desde a última década, as ONGs se alastraram globalmente — são algumas dezenas de ONGs com milhares de associados e dezenas de milhares de ONGs com alguns poucos membros. Objeto de uma série de trabalhos recentes, que geralmente iniciam pelo questionamento da própria denominação negativa “não-governamental”, as ONGs também são diferenciadas por seus temas, suas origens e bases sociais, tendências político-ideológicas, natureza de atividades, relação com a investigação científica e/ou militância, amplitude e formas de atuação e comunicação, volume e fontes de recursos, estratégias de planejamento e execução de projetos (Fernandes e Piquet, 1991; Landim, 1993; Silva, 1993; Grzybowski, 1995). Tais diferenciações têm gerado uma série de polêmicas, e mesmo confusões, em torno de terminologias de classificação das ONGs. Apesar das diferenças, algumas das características comuns, identificadas entre ONGs que integram correntes mais progressistas, seriam o discurso em prol do desenvolvimento humano e social e a promoção de valores como solidariedade, ética, justiça e democracia.

As ONGs se autodefinem, e são reconhecidas por um número cada vez maior de segmentos sociais, como um dos mais importantes canais de legitimação da participação da sociedade civil, como portadoras de novas formas e estruturas de “participação e representação coletiva”. Em parte, pode-se compreender o poder de penetração das ONGs em função dos espaços deixados pela dissolução da trama de solidariedade preexistente, com o refluxo da era democracia/trabalho de massas, e dos cenários de “poliarquia” configurados em diversas sociedades na contemporaneidade (O'Donnell, 1993; Borón, 1995).

Organizações privadas “sem fins lucrativos”, voltadas para a produção de bens e serviços públicos, as ONGs são geralmente marcadas por uma atuação dinâmica e flexível, e pela capacidade de ramificação e capilaridade através do estabelecimento de vínculos horizontais e verticais que se orientam por uma superposição de lealdades num esquema de redes que propiciam a integração dos níveis local, regional, nacional, internacional e transnacional. As novas formas de atuação das ONGs têm sido identificadas

como alternativas de promoção de uma nova dimensão da cidadania, que redundaria na possibilidade do desenvolvimento de novas formas de governabilidade, não criadas por constituições nem localizadas em estruturas formais de governos, cuja legitimidade se apresenta em fluxo (Rosenau, 1992). Trata-se de uma cidadania que é, inclusive, transnacional, que integra um “espaço público transnacional”, face à “nova ordem global emergente”, a qual compreende macroprocessos, macroestruturas, macroinstituições e, portanto, a necessidade de governabilidade em grande escala. Para os precursores desta concepção, a nova dimensão da cidadania propiciaria não só uma reação ao acirramento das tensões entre estruturas e sujeito, entre sociedade e indivíduo, mas também novos canais de cooperação, coesão e integração.

Dentro desta perspectiva, o ambientalismo é compreendido como portador da primeira grande questão que permite pensar este espaço público transnacional, e, ao mesmo tempo, as ONGs ambientalistas, dada a atualidade e a abrangência dos temas com os quais estão envolvidas e suas estratégias de atuação, são identificadas como canal privilegiado para a construção da “cidadania transnacional” e o enfrentamento da relação mercado internacional globalizado/comunidade global fragmentada (Leis, 1995; Fernandes, 1995; Wapner, 1995). As ONGs ambientalistas são consideradas como atores sociais transnacionais por natureza. Mesmo as organizações locais, inseridas nas redes, são transnacionalizadas ou transnacionalizáveis.

Entre os aspectos vinculados às formas de organização, ação e comunicação das grandes ONGs ambientalistas destaco justamente aqueles que, para mim, são centrais, na definição de sua “grandeza” e poder para além das estruturas institucionais, administrativas e burocráticas. Trata-se da capacidade de geração da informação, de ingerência sobre a sua circulação, e de atração, concentração e distribuição de recursos financeiros. Nesse sentido, considero que as grandes ONGs ambientalistas espelham os fluxos de novas formas de hierarquia na distribuição e redistribuição de poder, já explicitadas nas iniciativas desenvolvimentistas em escala mais geral, global.

Apesar das propostas de maior horizontalidade e de mecanismos de comunicação e decisão mais democratizados, reproduzem-se hierarquias que relativizam a idéia inicial de descentralização do poder. Interpreto tal descentralização como “recentralização”, um movimento que se desdobra em novas formas de centralização, onde as “redes” constituem um “sistema multicêntrico”. Por esta via, o sistema de ONGs estabelecido por meio de

redes também constitui um campo polinucleado de poder que está inserido, como subsistema, naquele campo maior que define o sistema de política ambiental global.

O estabelecimento polarizado de condicionalidades é mais evidente no que diz respeito às relações “Norte-Sul” travadas entre as ONGs, mas também é possível detectá-lo num plano anterior, entre organizações nacionais e locais, inclusive nas sociedades de capitalismo avançado, distinguindo-se uma estrutura de poder no campo da política ambiental que é, ao mesmo tempo, pluralista e elitista. Em contrapartida, observa-se nestes contextos a formação de coalizões entre as organizações locais, de ação direta e baseadas na noção emergente de “justiça ambiental”, que se mobilizam no intuito de alterar a distribuição do poder no interior dos sistemas, influenciando ou deslocando, parcialmente, a posição das organizações que ocupam o centro da rede ou o topo da hierarquia, representando a “elite” (Rushefsky, 1995; Colnic, Ingram & Mann, 1995).

Embora os recursos financeiros não sejam condição suficiente, são um fator essencial. O acesso, a posse, o controle de distribuição e o monitoramento dos investimentos financeiros através das várias ações que delineiam o desenrolar das políticas ambientais revelam grande parte das posições e dos papéis desempenhados no sistema, os graus de autonomia, as concorrências, relações de dependência e de cooperação.

No que se refere às grandes ONGs ambientalistas que não restringem suas práticas apenas a projetos conservacionistas e assumem mais concretamente os desafios subjacentes à idéia do desenvolvimento sustentável, é evidente um certo consenso sobre o fato de que aquelas que dispõem de maior volume de recursos apresentam maior capacidade de ações autônomas, de atuar diretamente junto às comunidades locais no desenvolvimento de projetos que contemplem suas necessidades, sem que para isso dependam essencialmente de pressões sobre políticas governamentais, *lobbies*, persuasão de parlamentares ou empresários. Nesse sentido, suas estratégias de atuação junto às populações locais envolvem, geralmente, a intermediação de “ONGs nativas”, contrapartes e parcerias, criação de escritórios de representação e repasse de recursos.

Outro aspecto relevante — e bastante polêmico — na interação ONGs/populações locais relaciona-se à possibilidade da gestação de certas distorções no processo. Em princípio, as ONGs são interpretadas como resultado da maturação dos movimentos sociais ou pelos vínculos de compromisso estabelecidos com estes e, assim, encarnam o drama do desenvol-

vimento sustentável, ou seja, de como transformar as populações locais nos sujeitos de seus ambientes. Contudo, a transitoriedade das relações condicionada pelo tempo de vigência dos projetos, a própria fluidez dos mecanismos de participação e representação proporcionados e a burocratização das organizações são fatores que, juntamente com outros, podem interagir de modo que as comunidades e seus movimentos corram o risco de tornarem-se objetos, álibis na obtenção de recursos e na manutenção de posições das ONGs na rede dos sistemas de cooperação. Por esta via, ressalta-se que as disputas e os acordos entre as ONGs são deflagrados não apenas em torno de recursos, mas também em função das próprias populações-alvo.

Em se tratando de distorções, outra questão encontra-se ligada à idéia de que, de acordo com as condições e circunstâncias configuradas no campo da política ambiental, esta pode tornar-se um novo meio de diferenciação ou exclusão social. Entre as “populações carentes de desenvolvimento”, são potencialmente privilegiadas aquelas localizadas em áreas consideradas ambientalmente relevantes, áreas-alvo de programas e projetos de conservação/proteção ambiental (Kemf, 1993).

Considerações finais

A luta das ONGs ambientalistas pelo que é “ecológica e socialmente correto” insere-se numa ordem social global permeada por novas feições e geometrias de poder, onde as aproximações muitas vezes não são definidas *a priori*, mas segundo temáticas. Assiste-se ao fim da rigidez de alianças, sucedendo uma multiplicidade de alianças táticas possíveis, predominando a competição econômica e não a confrontação político-ideológica (Lafer, 1993).

Acredito que a dinâmica desta ordem reflete-se nas práticas de grandes ONGs ambientalistas que, constituindo um campo de poder em si mesmo, ou representando e/ou substituindo movimentos sociais, multiplicam suas ações por diferentes vieses. Além de influenciarem a opinião pública, de uma forma mais geral e difusa, mas bastante persuasiva, ora estabelecem relações diretas com empresas privadas e corporações multinacionais, ora buscam influir sobre estas através de fóruns governamentais internacionais promovidos com o GATT, o Nafta, a União Européia; atuam alternada ou simultaneamente junto aos Estados, parlamentos e setores da sociedade civil ou, ainda, buscam atingir indiretamente cada um destes através do outro.

Apesar de várias organizações ambientalistas continuarem atuando em prol de um novo sistema ético-valorativo, a dimensão econômica da política é um canal cada vez mais privilegiado para as pretendidas mudanças de comportamento. Para os grupos ambientalistas transnacionais, o domínio do econômico aparece como forma de governabilidade que deve ser manipulada para alterar as práticas coletivas (Wapner, 1995). Por esta via, os interlocutores mais estratégicos são as grandes corporações, blocos econômicos ou agências multilaterais de financiamento, engajados na promoção de diversas iniciativas desenvolvimentistas em escala mundial.

Como procurei indicar, as perspectivas do ambientalismo, seus rumos, limites e possibilidades são fundamentalmente engendrados a partir da interação entre os agentes que assumiram seus princípios e da capacidade desses agentes diferenciados em traduzir tais princípios em estratégias efetivas de confrontação do paradigma tradicional, exclusionista e predatório. Se o desenvolvimento sustentável será capaz de reorientar as forças sociais que determinam as estruturas e as dinâmicas existentes ainda é uma questão em aberto e sujeita a muitas especulações.

Uma primeira dificuldade, face à vasta literatura vinculada ao tema, é o fato de um grande número de autores encontrar-se comprometido com os pressupostos do ativismo ambientalista. No caso das ciências sociais em particular, isto se manifesta de um modo aparentemente mais sofisticado, sendo que muitas das tentativas de análise estão permeadas por esforços de validação teórico-filosófica dos princípios ambientais, de maneira que as respectivas conclusões tendem a assumir um caráter mais programático, em detrimento de um questionamento crítico distanciado. Além do mais, outra dificuldade refere-se ao estilo ensaístico e impressionista que frequentemente perpassa os textos. Várias questões recobertas pelo conjunto desses trabalhos necessitam ser aprofundadas, diferenciadas ou criticadas. Daí a importância da pesquisa sistemática, para que, sem diminuir o esforço ativista, possamos, ao mesmo tempo, também garantir base sólida para o fortalecimento de mais uma especialização no campo da sociologia, a “sociologia ambiental”.

Referências bibliográficas

- Acot, Pascal (1990) *História da ecologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campos.
Alencar, Gisela Santos (1995). *Mudança ambiental global e a formação do*

- regime para proteção da biodiversidade*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Relações Internacionais, UnB.
- Appadurai, Arjun (1994) “Disjunção e diferença na economia cultural global”, in Featherstone, Mike (org.) *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- Bobbio, Norberto (1992) *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus.
- Bookchin, Stephen. (1978) *Por una sociedad ecologica*. Barcelona: Gustavo Gill.
- Boyden, S. (1976) “Human Ecology”, in *A Planning Meeting on MAB Project 11.*, Unesco - MAB. Amsterdam, p. 1-52.
- Bramwell, Anna (1990) *Ecology in the 20th Century*. Yale University Press.
- Borón, Atílio (1995) “A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal”, in Sader, E. (org.) *Pós-neoliberalismo — As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Capra, Fritjof (1982) *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix.
- Castoriadis, Cornelius & Cohn-Bendit (1981) *Da ecologia à autonomia*. São Paulo: Brasiliense.
- Coate, W., Forsythe, D. & Weiss, T. (1994) *The United Nations and Changing World Politics*. Boulder: Westview Press.
- Cobb, John B. & Daly, Herman (1989) *For the Common Good: Redirecting the Economy Toward Community, the Environment and a Sustainable Future*. Boston: Beacon Press.
- Colnic, D., Ingran, H. C. & Mann, D. (1995) “Interest groups and environmental policy”, in Lester, James (ed.). *Environmental politics and policy*. Duke University Press.
- Crosby, Alfred W. (1993) *O imperialismo ecológico*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Dupuy, Jean-Pierre (1980) *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Elias, Norbert (1990) *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fernandes, Rubem César. (1995) “Elos de uma cidadania planetária”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 28 p.15-34.
- Fernandes, R.C. & Piquet, Leandro (1991) *ONGs anos 90: A opinião dos dirigentes brasileiros*. Mimeo.
- Frankel, Boris (1987) *Los utopistas postindustriales*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- French Hillary (1993) “Reconciling trade and environment”, in Brown, Lester (org.). *State of the World*. New York: Norton and Company.
- Gonçalves, Carlos Walter Porto (1989) *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto.
- Grzybowski, Cândido (1995) “Cidadania, autonomia e parceria”, in *ABONG-*

- Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. Parcerias e fundos públicos.* Jornal da ABONG n.º 11. São Paulo, agosto.
- Habermas, Jürgen (1975) *Técnica e ciência como ideologia. Os Pensadores, XLVIII.* Ed. Abril Cultural.
- Harvey, David (1993) *A condição pós-moderna.* São Paulo: Loyola.
- International Union for Conservation of Nature. (1993) *Biological Diversity Conservation and the Law. Legal Mechanisms for Conserving Species and Ecosystems.* Suíça: IUCN Publications Services Unit.
- Jimenez, Martha Lúcia Olivar (1994) "O estabelecimento de uma política comum de proteção de meio ambiente e sua necessidade num mercado comum", *Associação Brasileira de Estudos da Integração*, Vol. VII. Brasília: Senado Federal/ Subsecretaria de Edições Técnicas.
- Kenf, Elizabeth (1993) (ed.) *The law of the Mother: Protecting Indigenous Peoples in Protected Areas.* San Francisco: Sierra Club.
- Lafer, Celso. (1993). *Política externa brasileira: três momentos.* Konrad Adenauer Papers, n.º 4.
- Landim, Leilah Assunção (1993) *A invenção das ONGs. Do serviço invisível à profissão sem nome.* Tese de Doutorado, Museu Nacional. Rio de Janeiro.
- Leff, Enrique (1994) "Sociologia y ambiente: formación socioeconómica, racionalidad ambiental y transformaciones del conocimiento", in Leff, E. (comp.) *Ciencias sociais y formación ambiental.* Barcelona: Gedisa Editorial.
- Leis, Hector Ricardo (1995) "Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial", in *Meio ambiente, desenvolvimento e democracia*; São Paulo: Cortez.
- (1995) "Globalização e democracia: necessidade e oportunidade de um espaço político transnacional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 28.
- McCormick, John. (1992). *Rumo ao paraíso.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Morin, Edgar (1980) *O método I. A natureza da natureza.* Lisboa: Publicações Europa-América.
- O'Donnell, Guillermo (1993) *Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais.* Novos Estudos Cebrap, n.º 36, julho, p. 123-145.
- Odum, Eugene Pleasants (1975) *Ecologia.* São Paulo: Pioneira.
- ONU / The Commission on Global Governance. (1995) *Our Global Neighbourhood.* New York: Oxford University Press.
- Porter, Gareth & Brown, Janet (1991). *Global Environmental Politics.* San Francisco: Westview Press.
- Ribeiro, Gustavo Lins. (1991) "Ambientalismo e desenvolvimento sustentado", in *Revista de Antropologia*, n.º 34. São Paulo: Ed. USP, p. 59-01.
- Rosenau, James (1992) "Citizenship in a Changing Order", in Rosenau, J. (ed.).

- Governance without Government: Order and Change in World Politics*. Cambridge University Press.
- Rushefsky, Mark E. (1995) "Elites and Environmental Policy", in Lester, James (ed.). *Environmental Politics and Policy*. Duke University Press.
- Sachs, Ignacy. (1986). *Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- Serres, Michel (1990) *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.
- Snow, Donald. (1992) *Inside the Environmental Movement*. Washington D.C.: Island Press.
- Santos, Boaventura Souza (1995) *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora.
- Viola, Eduardo (1994) "A globalização e a política ambiental no Brasil na década de 90". ANPOCS - G.T. *Ecologia e Sociedade*. Caxambu, 23-27 de novembro.
- Viola, Eduardo & Leis, Hector (1989) "Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo". ANPOCS – G.T. *Ecologia e Sociedade*. Caxambu, 23-27 de outubro.
- Wapner, Paul (1995) "Politics beyond the State", in: *World Politics*, Vol. 47, n.º 3. Johns Hopkins University Press, abril.